



Secretaria Regional
das **Finanças**
Entidade Orçamental, do Tesouro e Finanças da
Região Autónoma da Madeira

BOLETIM DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - RAM

Resultados acumulados até março de 2026

-7,2

milhões de euros
Saldo global consolidado

389,8

milhões de euros
Receita efetiva

397,0

milhões de euros
Despesa efetiva

O Boletim de Execução Orçamental de março de 2026 encontra-se disponível em www.madeira.gov.pt/srf/. Esta publicação mensal analisa a evolução das finanças públicas regionais, abrangendo o Governo Regional, os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR).

Resultado da Administração Pública Regional

No final de março de 2026, as contas consolidadas da Administração Pública Regional apresentam um défice de 7,2 milhões de euros, contrastando com o excedente de 33,8 milhões de euros registado no mesmo período de 2025 (variação de -121,3%).

Saldo mar. 2026

-7,2 M€

Saldo mar. 2025

33,8 M€

O Governo Regional registou um saldo de -18,7 milhões de euros, comparando com um excedente de 25,1 milhões em 2025. Os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) apresentaram, em conjunto, um excedente de 11,5 milhões de euros (4,7 M€ dos SFA e 6,8 M€ das EPR), com destaque para a melhoria das EPR em 3,7 milhões de euros face a 2025.

Receita: impostos crescem, transferências da Administração Central caem

A receita efetiva do Governo Regional registou uma quebra homóloga de 7,3% (-25,6 milhões de euros) face a 2025. Este recuo resulta de duas dinâmicas opostas:

Receita fiscal +5,7% (+13,7 M€)

IVA +6,8% (160,4 M€) · IRC +45,7% (8,3 M€) · IRS -0,8% (-0,4 M€)

Receita não fiscal -35,3% (-39,3 M€)

Receitas de capital -74,5% (-26,4 M€), por ausência da transferência ao abrigo do art.º 49.º da LFRA. Transferências correntes da Administração Central: -8,5 M€.

O crescimento dos impostos — em particular do IRC, impulsionado pelo incremento na rubrica “IRC – Outros Rendimentos” e pela ausência de reembolsos extraordinários — ficou aquém da forte contração das

transferências do Estado, em especial pela não realização da transferência ao abrigo do artigo 49.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

Despesa: aumento de 5,6%, alavancado por bens e serviços e pessoal

A despesa efetiva do Governo Regional registou um acréscimo homólogo de 5,6% (+18,2 milhões de euros) face a 2025, correspondendo a uma execução orçamental de 16,3%.

Principais variações da despesa:

Aquisição de bens e serviços correntes: +28,6% (+12,8 M€)

Despesas com o pessoal: +7,7% (+8,1 M€), reflexo das atualizações salariais

Transferências correntes: +1,2% (+1,6 M€)

Juros e outros encargos: -1,0% (-225,5 mil €)

Por áreas de intervenção, a Saúde e a Educação concentraram, em conjunto, 58,2% da despesa, seguindo-se os Assuntos económicos (19,0%) e os Serviços gerais das administrações públicas (15,8%).

Dívida não financeira

O passivo acumulado da Administração Pública Regional ascendia, no final de março, a 220,0 milhões de euros — um acréscimo de 54,5 milhões face ao período homólogo. Os pagamentos em atraso fixaram-se em 63,8 milhões de euros, registando uma variação de 6,1 milhões face a 2025. Refira-se que apenas 1,3 milhões respeitam ao Governo Regional, sendo 22,3 milhões afetos às novas EPR.

Redução acumulada desde 2012 (mesmo universo de entidades)

Passivos: **-2 520,9 M€** Pagamentos em atraso: **-1 080,3 M€**

Secretaria Regional das Finanças, 30 de abril de 2026.